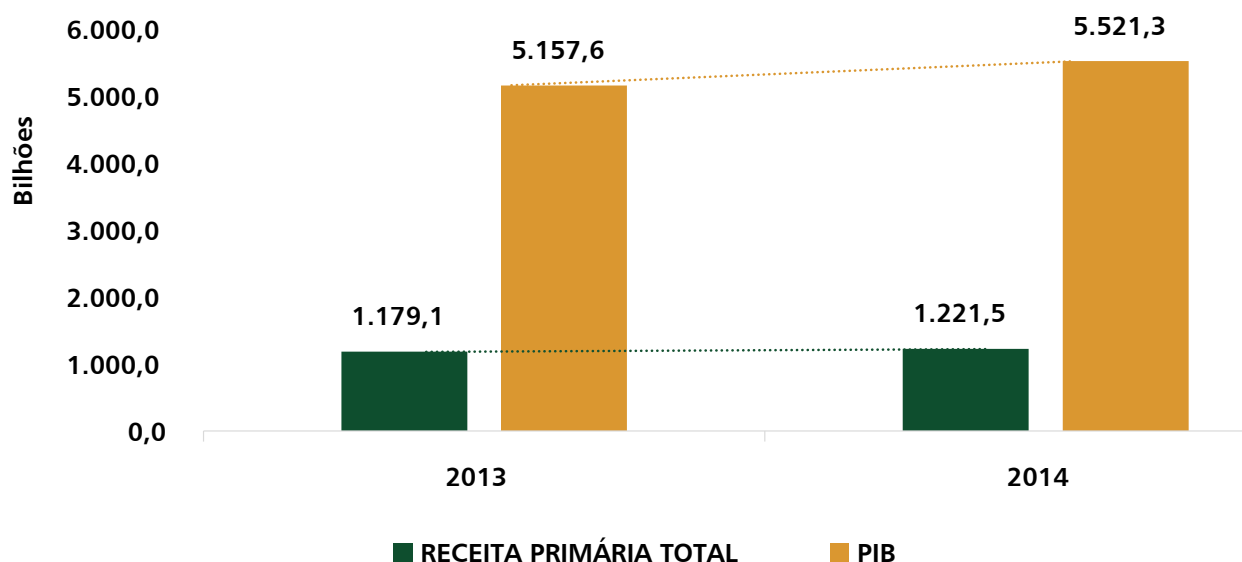


Receitas Primárias e Renúncia Fiscal

Receitas Primárias

As receitas primárias do governo central atingiram em 2014 o valor total de R\$ 1.221,5 bilhões, representando um crescimento de R\$ 42,9 bilhões ou 3,6% em relação ao exercício de 2013. Contribuíram para essa variação o aumento da arrecadação de receitas de impostos no valor de R\$ 20,9 bilhões e de receitas previdenciárias no montante de R\$ 30,4 bilhões, conforme o disposto no relatório do Resultado do Tesouro Nacional – Dezembro/2014, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Evolução da receita primária total e do PIB



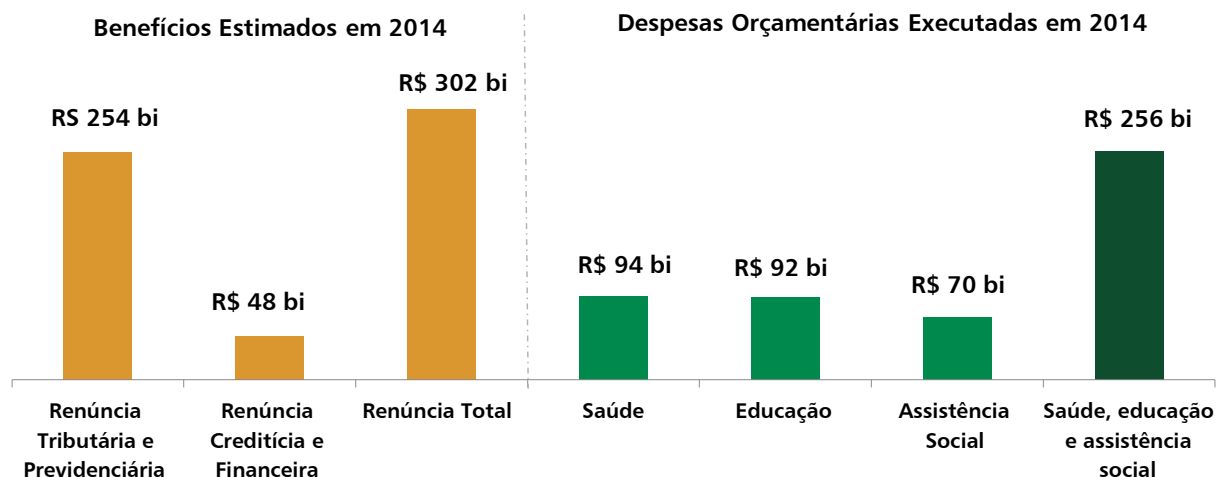
Fontes: STN, Bacen, SOF e IBGE

A taxa de crescimento do PIB, a preços correntes, foi maior do que a evolução da receita primária total da União, no período de 2013 para 2014. O resultado dessa comparação demonstra que houve queda da participação das receitas primárias em relação ao PIB, de 0,74 p.p, passando de um percentual de 22,86% em 2013 para 22,12% no exercício de 2014.

Renúncia de Receitas

As renúncias de receitas federais alcançaram o montante projetado de R\$ 302,3 bilhões em 2014, assim classificados: R\$ 195,3 bilhões de benefícios tributários, R\$ 58,6 bilhões de benefícios tributários-previdenciários e R\$ 48,4 bilhões de benefícios financeiros e creditícios. A maior parte desses valores superou as despesas realizadas em algumas funções do orçamento da União, conforme gráfico seguinte:

Comparativo da Renúncia de Receita com a Despesa Liquidada por Funções – 2014



Fontes: RFB/MF, SPE/MF, STN/MF e Siafi.

O volume de renúncias tributárias e previdenciárias apresentou crescimento de cerca de 87% no período de 2010 a 2014. Os tributos que mais contribuíram para esse quadro foram: Contribuição para a Previdência Social, Pis-Pasep, Cofins e Imposto de Renda Retido na Fonte. Destaca-se que os benefícios previdenciários tiveram uma elevação de 227% entre 2010 e 2014, chegando a cerca de R\$ 58,6 bilhões no último exercício. Dois fatores principais contribuíram para esse quadro: o crescimento do Simples Nacional, de cerca de 135%, e a desoneração da folha de salários, que entrou em vigor em 2012 e representou uma renúncia de R\$ 22,2 bilhões somente em 2014.

Quanto às renúncias creditícias e financeiras, que totalizaram R\$ 48,4 bilhões, observou-se uma redução de 23% em 2014. As maiores reduções dos benefícios de 2014 em relação a 2013 foram verificadas no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (PROER) e no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), respectivamente de R\$16,8 bilhões e 7,8 bilhões.